Fl 55

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ
CPL - Comissão Permanente de Licitação

JUSTIFICATIVA DA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Aquidabã, instituída pela Portaria nº 01/2019, de 02 de janeiro de 2019, vem apresentar Justificativa de Inexigibilidade de Licitação visando à contratação de empresa especializada para licenciamento mensal de programa de informática customizáveis e de serviço de cessão de direito de uso mensal de programas de informática de gestão pública, Módulos: Software de almoxarifado patrimônio e compras; Software de Contra-cheque online, ficha financeira e recadastramento; Software de folha de pagamento; Software de contabilidade pública, Software de portal da transparência, Software de Diário Oficial, Software de indexação de documentos, para o exercício 2019.

Sabe-se que esta Câmara Municipal de Aquidabã por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contração direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que se pretende contratar – licenciamento mensal de programa de informática customizáveis e de serviço de cessão de direito de uso mensal de programas de informática de gestão pública – preenche o mesmo.

O uso de software sistema Software de Gestão Pública, para licenciamento mensal de programa de informática customizáveis e de serviço de cessão de direito de uso mensal de programas de informática de gestão pública, Módulos: Software de almoxarifado patrimônio e compras; Software de Contra-cheque, online, ficha financeira e recadastramento; Software de folha de pagamento; Software de contabilidade pública, Software de portal da transparência, Software de Diário Oficial, Software de indexação de documentos; é exclusividade, pois trabalha um sistema de gestão e precisa ser implantado nesta Câmara através do fornecimento da licença de uso para o mesmo; o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Câmara.

Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

2 - Justificativa do preço – Os preços apresentados pela PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12, estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis.

Perfaz a presente inexigibilidade o valor global estimado de R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais), para o exercício 2019, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

UO: 01 – Câmara Municipal
Ação: 2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara
Classificação de Despesa: 33904000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 10010000

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas;

Considerando que a PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12. é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Publica Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma;

Considerando que os sistemas e serviços oferecidos pela PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12. representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros.

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDABÃ
CPL - Comissão Permanente de Licitação

Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Câmara Municipal;

Considerando que a PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12. é a detentora dos programas e que possui equipe capacitada e infraestrutura completa para o atendimento dos servidores;

Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opina a Comissão Permanente de Licitação pela contratação direta dos serviços da Proponente – PK GESTÃO E TECNOLOGIA CNPJ 19.215.205/0001-12 – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aquidabã, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Aquidabã/SE, 02 de janeiro de 2019.

Adebaldo José dos Santos
Adebaldo Jose dos Santos
Presidente da CPL

Edcleia Bispo dos Santos
Edcleia Bispo dos Santos
Secretária

Juliene Francisca de Jesus
Juliene Francisca de Jesus
Membro

Ratifico. Publique-se.

Em, 02 de janeiro de 2019.

Sandra M dos Santos
Sandra Meneses dos Santos
Presidente da Câmara Municipal
de Aquidabã